

HABEAS CORPUS Nº 548.750 - DF (2019/0357643-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : WANDERSON CARLOS DE JESUS
ADVOGADO : WANDERSON CARLOS DE JESUS - DF056886
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : EDUARDO SOARES DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de EDUARDO SOARES DE OLIVEIRA, contra decisão de Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, proferida no julgamento do HC n. 0725574-51.2019.8.07.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 23/7/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em prisão preventiva. Todavia, ao que parece, foi suscitada a incompetência do Juízo, que declinou de sua competência para a Comarca de Alexânia, no Estado de Goiás.

Irresignada, a defesa impetrou o *mandamus* originário, no qual buscou a revogação da custódia.

Todavia, o desembargador relator, por decisão monocrática, entendeu que, em razão do deslocamento da competência do feito para comarca vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, não cabe ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios a análise da legalidade da prisão preventiva, indeferindo a petição inicial e extinguindo o processo, sem exame do mérito (fls. 24/26).

Daí o presente *mandamus*, no qual o impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva do paciente, decretada de forma abstrata e por autoridade incompetente, salientando que a custódia deve ser imediatamente relaxada.

Pondera a existência de excesso de prazo na prisão processual, tendo em vista que o paciente está preso há 120 dias, sem culpa formada. Afirma que até a presente data o Juízo da Comarca de Alexânia sequer se manifestou sobre a prisão preventiva.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Não há como conhecer do pedido nesta Corte Superior, uma vez que o presente *mandamus* atacada decisão monocrática de Desembargador, contra a qual não houve a interposição do competente agravo.

Nesse contexto, não se verificou a manifestação do Colegiado da Corte de origem sobre a questão aqui deduzida, não tendo o tema sido esgotado na instância ordinária.

Dessa forma, fica esta Corte Superior impedida de pronunciar-se sobre a matéria, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. PECULATO. FALSIDADE IDEOLÓGICA. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PREJUDICIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. NULIDADE. ACESSO AO CONTEÚDO INTEGRAL DE INQUÉRITO MENCIONADO NA DENÚNCIA. INDEFERIMENTO RECONSIDERADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. DECISÃO MONOCRÁTICA. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA. AGRAVO PROVIDO PARA NÃO CONHECER DO HABEAS CORPUS.

1. Remanescendo o interesse processual por não ter sido reaberto o prazo para a defesa apresentar resposta à acusação, deve ser reconsiderada a decisão que julgou prejudicado o writ.

2. Insurgindo-se o impetrante contra decisão monocrática proferida no Tribunal de origem, contra a qual não foi interposto o competente agravo, tem-se que, relativamente à matéria deduzida na presente impetração, não houve o esgotamento da instância de origem, descabendo a esta Corte Superior a análise da controvérsia, sob pena de indevida supressão de instância.

3. Já se tendo deferido o pretendido acesso integral, a demora da investigação no órgão ministerial impede a conclusão da instrução e oferta de alegações finais até que seja cumprida a decisão de acesso pleno, assim sem prejuízo evidenciado desde logo à parte.

4. Agravo provido para não conhecer do habeas corpus (AgInt no HC 433.956/AP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA

TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 18/02/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DECISÃO DO RELATOR SEM ESGOTAMENTO DA JURISDIÇÃO. TERATOLOGIA NÃO CONFIGURADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme na compreensão de que não tem cabimento habeas corpus para desafiar decisão monocrática de desembargador relator, sob pena de indevida supressão de instância em razão do não exaurimento da jurisdição do Tribunal a quo.

2. "É vedada a oitiva de corréu na condição de testemunha ou informante, salvo no caso de corréu colaborador ou delator" (RHC n. 76.951/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 16/3/2017).

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 473.653/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018)

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. CONCUSSÃO. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. PERDA DO CARGO PÚBLICO. NECESSIDADE DO TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO OU AMEAÇA DE VIOLÊNCIA AO DIREITO AMBULATORIO. VIA INADEQUADA. NÃO CONHECIMENTO.

1. É inviável o conhecimento do habeas corpus, uma vez que a defesa se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedentes do STJ e do STF.

2. O habeas corpus não constitui meio idôneo para se pleitear a anulação da decisão que declarou a perda do cargo público ocupado pelo agravante, uma vez que ausente qualquer violação ou ameaça ao direito à liberdade de locomoção. Precedentes do STJ e do STF.

SUSTENTAÇÃO ORAL NO AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do artigo 159, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não se admite sustentação oral no julgamento do agravo regimental sem que isto implique cerceamento de defesa. Precedentes.

Superior Tribunal de Justiça

2. *Agravo regimental desprovido* (AgRg no HC 425.465/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 19/12/2017).

Ante todo o exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator